

Roteiro dos Slides Introdução da Parte V

Os comentários sobre os slides são para ajudar quem vai dar o curso pensar na sua fala que deve ser curta. Não devem ser passadas todas as informações contidas nos comentários. A intervenção para cada slide deve se manter na média em menos de 1 minuto. Obs. Não há textos e grupos sobre o período, apenas está no curso para não deixar um hiato e facilitar a compreensão do período posterior.

1. História do Movimento Operário e suas correntes

2. História do Movimento Operário e suas correntes: pós-guerra e dispersão do trotskismo

3. Mao Tse-tung proclamando a fundação da República Popular da China em 1 de outubro de 1949 em Pequim

- *“Ao contrário da Rússia em 1917, na China, a revolução deu origem a um Estado operário deformado (assim como eram os Estados operários nascidos após a Segunda Guerra Mundial na Europa Oriental). O poder nunca esteve nas mãos de organismos de classe comparáveis aos soviéticos, nem poderia o Pcc ser comparado de forma alguma ao Partido Bolchevique de Lênin e Trotsky. Ao mesmo tempo, o quadro internacional era diferente daquele que, em alguns aspectos, havia facilitado a consolidação do poder de Stalin e de sua camarilha. Nos anos 1930, o proletariado em nível internacional sofreu uma série de importantes derrotas: a vitória de Hitler na Alemanha, a derrota dos processos revolucionários na Áustria, França e Espanha devido à ação política imposta por Stalin tanto diretamente, quanto através dos partidos comunistas locais. A situação foi diferente nos anos após 1945: a derrota do nazismo e do fascismo na Europa, o processo de luta pela independência na Ásia e na África, o nascimento de novos Estados operários, embora deformados, no leste europeu e na Ásia, a derrota dos Estados Unidos na guerra da Coreia e, mais tarde, a resistência que enfrentarão no Vietnã. Tudo isso criava, mesmo com importantes contradições (o fracasso das revoluções após a Segunda Guerra Mundial na Itália, França e Grécia), um clima de maior confiança entre as massas oprimidas em todo o mundo.”*
<https://litci.org/pt/mundo/asia-mundo/china/a-revolucao-cultural-uma-revolucao-politica-abortada/>.

4. Novos Estados Operários que já surgem burocratizados e sob domínio da URSS

- *“A IV pouco tempo depois de fundada teve que enfrentar pressões violentas contra seu programa e existência. Ainda em vida de Trotsky, a luta contra os antidefensistas polarizou a ida da internacional. Mal tinha sido fundada a IV, se dava uma luta contra o revisionismo, que ameaçava a existência da IV. Mas terminada a polemica dentro do SWP, com a vitória da posição marxista, os problemas não terminaram. Logo após o fim da IIª guerra surgiu posições com consequências desastrosas para o desenvolvimento da IV, que levaram a sua dispersão e ainda hoje trabalham contra a IV. (...) O pós-guerra se abriu com vitórias espetaculares do movimento de massas mundial: por um lado a derrota completa do nazi-fascismo, e com um ascenso operário e popular que só não foi até a expropriação da burguesia em países centrais como França e Itália devido às traições de Stalin, que impôs a todos PCs que pactuassem com suas burguesias e lhes entregassem o poder. Essas traições impediram a tomada do poder, que haveria mudado o mundo. O imperialismo manteve o controle da Europa ocidental, graças aos pactos de Yalta e Potsdam entre Stalin, Roosevelt e Churchill, mas novos estados operários burocráticos surgem na Europa oriental e em*

49 na China e Coréia apesar da política traidora dos PCs. A dissolução da III Internacional havia sido decretada por Stalin em 1943, deixando o movimento operário sem referencia internacional. O assassinato de Trotsky em 1940 havia descabeçado a recém-fundada IV pouco antes do momento em que se abria uma situação revolucionária deixando para trás os 20 anos de derrotas desde 1924 em que o ascenso do nazismo e do estalinismo impunham uma situação de retrocesso geral. Não havia nenhum dirigente que sequer se aproximasse da experiência de seu fundador. E ao contrário do prognóstico de Trotsky, a IV não tinha se massificado. A jovem direção da IV, depois de ter uma postura sectária, de não reconhecer essa realidade dos novos estados, faz um giro para o reconhecimento não somente desse fenômeno, mas para estabelecer uma política que era completamente contraditória com a própria razão de ser da IV: enfrentar os aparelhos burocráticos, como está na introdução do Programa de Transição. Nesse período, a vitória sobre o nazi-fascismo levou a um fortalecimento do stalinismo. Devido ao papel das massas soviéticas na resistência ao nazismo e do exército vermelho para derrotar Hitler, o prestígio dos PCs cresceu enormemente, apesar do stalinismo ter usado seu prestígio para trair a revolução operária na França, Itália, Grécia.” <https://litci.org/pt/especiais/80-anos-da-quarta/a-luta-pela-reconstrucao-da-iv-internacional-e-o-papel-do-su-parte-i/>.

5. Michel Pablo (MN Raptis)

- “Em 1951, era o período da ‘guerra fria’, todos os comentaristas internacionais afirmavam que era inevitável o choque armado entre EUA e a URSS. Pablo e Mandel, impressionados pelas análises da imprensa burguesa, chegaram a uma conclusão funesta para a internacional: para eles, a terceira guerra mundial era inevitável. E sustentavam que, ante o ataque imperialista, os partidos comunistas, em seu afã de defender a URSS, adotariam métodos violentos para enfrentar os EUA e que isso os levaria a lutar pelo poder em diferentes partes do mundo. O mesmo ocorreria com os movimentos nacionalistas burgueses nos países dependentes. Baseados nesta análise, Pablo e Mandel propuseram o “entrismo sui generis” nos partidos comunistas e nacionalistas burgueses, aos quais havia que acompanhar sem críticas, até depois da tomada do poder. Viam um processo revolucionário irreversível, encabeçado pelas direções burocráticas e pequeno-burguesas do movimento de massas e não se propunham a construir novas direções que derrotassem no movimento as direções tradicionais, o que é a verdadeira razão de ser da IV Internacional. Essa posição abandonava a definição da burocracia estalinista como contrarrevolucionária e abandonava a luta contra ela. Era uma revisão completa de um dos pontos essenciais do programa trotskista, que parte da definição que a humanidade está em crise em função da crise de direção do movimento de massas. Ou seja, que o principal obstáculo para o avanço da humanidade ao socialismo é que as massas estão sob a direção de organizações contrárias a revolução como o stalinismo, a social democracia, o nacionalismo burguês. Essas definições teriam graves consequências para a IV Internacional na revolta de Berlim oriental e na revolução Boliviana. Com essa caracterização, Pablo se opôs a exigir a retirada dos tanques russos que enfrentaram o levantamento dos trabalhadores de Berlim em 1953, ou seja, apoiou de fato a burocracia soviética.” <https://litci.org/pt/especiais/80-anos-da-quarta/a-luta-pela-reconstrucao-da-iv-internacional-e-o-papel-do-su-parte-i/>.

6. Bolívia 1952

- “Em 1952, na Bolívia se dá uma típica revolução operária. Os trabalhadores organizam milícias, derrotam militarmente a polícia e o exército e surge a COB (Central Operária Boliviana) como organismo de poder dual. As minas são nacionalizadas e estoura a revolução camponesa, que invade os latifúndios e ocupa as terras. Até 1954, a principal força armada da Bolívia eram as

milícias operárias dirigidas pela COB. Desde a década de 40 a organização trotskista boliviana (POR) vinha ganhando enorme influência no movimento operário. Tinha em suas fileiras importantes dirigentes mineiros, fabris e camponeses. Seu principal dirigente, Guillermo Lora, foi o redator das teses de Pulacayo, uma adaptação do programa de transição a realidade boliviana, adotadas pela Federação de Mineiros. Lora foi eleito senador por uma frente dirigida pela Federação de Mineiros nas eleições de 1946. Na revolução de 52, o POR codirigiu as milícias e foi cofundador da COB. Tinha peso de massas na Bolívia. Infelizmente, o POR, seguindo a orientação do Secretariado Internacional da IV, encabeçado por Pablo, não levantou a política de que a COB tomasse o poder. Ao contrário, deu seu apoio crítico ao governo burguês do MNR (movimento nacionalista burguês). Sem uma orientação revolucionária, o movimento de massas foi sendo desarmado e desmobilizado e a revolução, em poucos anos foi desmontada. Como consequência desta traição à revolução se deu uma grande deterioração do trotskismo boliviano, que entrou em um processo de sucessivas divisões. Junto a essa política, a direção internacional dirigida por Pablo, aplicou um método nefasto. Interveio no partido francês, destituiu sua direção que no coincidia com sua política e tentou formar uma fração secreta no SWP norte americano. Repudiando a linha de “entrismo sui generis” e os métodos burocráticos e desleais de Pablo, a maioria dos trotskistas franceses (dirigidos por Lambert) e ingleses (dirigidos por Healy), o SWP (EUA) e os trotskistas sul-americanos (com exceção do POR boliviano e do grupo de Posadas na Argentina), romperam com o Secretariado Internacional (SI) dirigido por Pablo e criaram, em 1953, o Comité Internacional (CI). Seguem-se anos de dispersão, pois apesar de uma minoria ter ficado com Pablo e Mandel, a maioria não se organiza em forma centralizada para dar resposta, por responsabilidade em particular do SWP, que não toma como tarefa central dedicar-se a reorganizar e reconstruir a IV. Isso fez com que, de fato, desde 53 a crise não tenha sido superada e por isso está colocada a tarefa de reconstrução da IV Internacional.” <https://litci.org/pt/especiais/80-anos-da-quarta/a-luta-pela-reconstrucao-da-iv-internacional-e-o-papel-do-su-parte-i/>.

7. Teses de Pulacayo - leitura

8. Fidel Castro, líder da guerrilha cubana

- *“(…) A Cuba de antes da revolução era essencialmente um ilha produtora de açúcar, e parque de diversão do imperialismo norte-americano. Havana, a capital de Cuba, era visitada por turistas que buscavam diversão de todo tipo nas boates da cidade. O conjunto do Estado era profundamente corrupto e inepto, o regime político-policial ou semipolicial e as quarteladas eram mais ou menos comuns. Era, por assim dizer, uma república das bananas. Fulgencio Batista, um sargento, se alternaria no poder desde 1933 até 1958, quando renuncia e foge em função da revolução dirigida por Fidel Castro e seus guerrilheiros. Seu último período no poder iniciaria em 1952 em função de mais um golpe militar. (...)*

Dado o golpe militar, Castro, na época um advogado que, ao que parece, defendia presos políticos, trabalhadores e sindicatos, apresentou uma ação contra o governo golpista e logo depois a imprimiu em um mimeografo e distribuiu à população. Em seguida, uniu-se a jovens que editavam o jornal mimeografado clandestino Son los Mismos, sugeriu a troca de seu nome para El Acusador e foi coeditor desse novo órgão. No entanto, seu grande feito que o catapultaria à condição de um dos principais, senão o principal líder da oposição será a tentativa, fracassada, de assalto ao quartel de La Moncada, em Santiago de Cuba em 26 de julho de 1953. O intento, que contava com menos de 160 pessoas, mal armadas e mal preparadas, fracassou. Em seguida, a onda repressiva mataria centenas de pessoas e levaria à prisão do próprio Fidel Castro. Em 16 de outubro de 1953, Fidel

seria condenado a 15 anos de prisão. Escreve sua própria defesa, baseada no direito dos povos a se rebelarem contra os tiranos, e já condenado reescreverá esta defesa e a publicará clandestinamente com o título A História me absolverá.

Em 1955, será anistiado após uma ampla campanha popular em sua defesa e começará uma campanha jornalística contra o governo de Fulgencio. Ao mesmo tempo, começa a dar formato a seu movimento, o 26 de Julho, em referência ao dia do assalto ao quartel de La Moncada. No entanto, dois meses depois, alegando que as vias legais para sua atuação estavam se fechando, resolve exilar-se no México. (...) Ao ir para o México, Fidel, ao mesmo tempo, firmará acordo com outros grupos opositores cubanos, prática que manterá também no período da guerrilha, buscará apoio de exilados cubanos nos Estados Unidos, e inclusive de figuras políticas americanas, e começará a organizar o que seria seu exército guerrilheiro. (...) Será no México que encontrará um de seus grandes “parceiros” na primeira fase da revolução cubana, o argentino Che Guevara, vindo da Guatemala após um golpe de Estado contra o governo de Jacobo Árbenz, em 1954, e que iniciava, ou aprofundava, sua deriva à esquerda. (...) Junto com eles, um grupo de cubanos seria treinado por um ex-combatente da revolução espanhola, aprenderiam as primeiras lições de tiro, correriam pelas ruas da Cidade do México para ganhar resistência física e escalariam as montanhas da redondeza com o mesmo objetivo. No final de 1956, em 25 de novembro, o grupo composto por 81 pessoas embarcam no Granma. Fidel lança a palavra de ordem “em 1957, seremos livres ou seremos mártires”. Na bagagem, além de balas e fuzis, um programa pouco claro que defendia a democracia, a reforma agrária e a independência nacional, sem dizer exatamente como conseguiu-las. (...) A tática militar de Fidel Castro quase foi um completo fracasso. A viagem quase termina em desastre. O desembarque, no dia 2 de dezembro, foi em um pântano onde parte dos materiais foi abandonada e nos primeiros dias, mais exatamente em 5 de dezembro, a tropa mal disciplinada e com escasso conhecimento militar foi surpreendida pelo exército em Alegría del Pío. Dos 81 insurgentes apenas 12 escapam, o restante é morto ou capturado. Em dispersão, dois grupos separados, um liderado por Fidel e outro por Raúl e Che, marcham até a Sierra Maestra. Este mau início, no entanto, depois daria lugar a uma sequência de bons acontecimentos. Passado o momento de dispersão, a guerrilha conseguiria importantes vitórias tanto políticas quanto militares. Em primeiro lugar, conseguiriam se implantar bem na Sierra Maestra por dois motivos: era uma região abandonada pelo governo e com pouca vigilância, além de ser de difícil acesso, e contava com uma população camponesa com tradições opositoras e bastante descontentamento. Não apenas os camponeses pobres e os assalariados agrícolas apoiariam, e em alguns casos entrariam na guerrilha, como inclusive muitos médios camponeses e camponeses ricos pagariam impostos para a guerrilha sem gerar um grande descontentamento. Em segundo lugar, o Movimento 26 de Julho (M26) tinha uma estruturação na cidade, em base à sua oposição à Fulgencio Batista, especialmente no movimento estudantil, que conseguiu, em seguida à chegada do grupo à Sierra Maestra, retomar os contatos com o grupo já no dia 13 de dezembro e, a partir daí, abastecê-los de armas, combatentes e materiais. Pese a lenda, a guerrilha só sobreviveu, em especial nos seus momentos iniciais, graças à rede urbana que a protegeu e manteve materialmente.

Em terceiro lugar, Fidel Castro manteve sempre, invariavelmente, uma atitude dúbia sobre os principais problemas do país e sobre suas futuras relações com os Estados Unidos. Hoje em dia, tal atitude costuma ser atribuída à sua grande “esperteza” política. No entanto, nos parece que se deve a algo bem mais prosaico: Fidel não tinha um programa político claro.(...) Comparada a outras guerrilhas, a cubana foi relativamente curta e fácil. Pouco mais de dois anos após seu início, a guerrilha tomara o poder. Em primeiro de janeiro de 1959, Fulgencio Batista renuncia e foge de Cuba, em 2 de janeiro Camilo e logo Che Guevara tomam Havana. Terminada a guerra de guerrilhas, começa a revolução. (...) Fidel (...) Nomeou como presidente Manuel Urrutia, buscou acordos com os demais grupos revolucionários, incluindo o chamado Diretório, viajou e foi bem recebido nos Estados Unidos. (...) O que aconteceu em Cuba foi, sem sombra de dúvidas, uma

revolução. Ou seja, as massas armadas se levantaram e destruíram as principais instituições do antigo regime e seu principal instrumento, o exército de Fulgencio Batista. Os novos governantes, os comandantes guerrilheiros, poderiam fazer duas coisas diante da situação: reconstruir o Estado burguês ou romper definitivamente com a burguesia e o imperialismo. Era diante desta disjuntiva que se encontravam quando os Estados Unidos cometeram um dos maiores erros de sua história em matéria de desarmar problemas internacionais. Como dirá o Che, a revolução cubana foi uma revolução de contragolpes. Cada vez que os norte-americanos faziam um ataque à revolução, os cubanos respondiam com uma medida mais radicalizada. Assim, pressionado pela base de camponeses do exército rebelde, Castro inicia uma reforma agrária que atinge os grandes plantadores de cana de açúcar, os norte-americanos revidam diminuindo a cota de açúcar que compravam dos cubanos. Logo os cubanos negociam com os russos a venda de açúcar e o recebimento de petróleo que as refinarias norte-americanas em Cuba se negam a refinar. O governo cubano acaba por nacionalizar as refinarias, e a coisa vai por aí. Golpe e contragolpe. Em 1961, os norte-americanos apoiam o que seria uma patética tentativa de desembarque em Cuba de mercenários e opositores cubanos. Os invasores são derrotados, as relações com os Estados Unidos se deterioram. Fidel finalmente declarará, em 1961, dois anos depois de ter tomado o poder, que sua revolução era socialista. O erro dos Estados Unidos foi o de, a cada passo, tentar pressionar, chantagear, exigir e atacar a direção cubana para que girasse à direita e traísse abertamente o processo revolucionário. (...) <https://litci.org/pt/mundo/america-latina/cuba/a-revolucao-cubana-uma-revolucao-a-contragolpes/>.

9. A Revolução Cultural Chinesa

- “No final da década de 1950, a República Popular da China teve que fazer um acerto de contas com o fracasso do “Grande salto para frente”: uma tentativa irrealista, administrada com métodos burocráticos, para favorecer o processo de industrialização do país. (...) o projeto resultou em um enorme fracasso que custou a vida de milhões de pessoas, devido à carestia causada pelo colapso da produção agrícola. Iniciou-se uma dura luta fracional dentro do Partido comunista chinês. Todos os principais líderes haviam apoiado a política do “Grande salto para a frente” (...). Começou-se a favorecer o pequeno produtor rural, bem como o lucro privado e incentivos materiais aos agricultores. (...). Mao deixou o cargo de presidente da República em 1959, agora confiado a Liu Shaoqi, e permaneceu simbolicamente presidente do Pcc, do qual se tornou secretário Deng Xiaoping. Ao mesmo tempo, Lin Biao, um aliado de Mao, tornou-se ministro da defesa. Aproveitando sua posição, ele começou a consolidar no exército o culto da personalidade do Grande Timoneiro, que desempenhará um papel cada vez mais importante durante o curso da Revolução Cultural. Os equilíbrios entre as diferentes frações da burocracia na China permaneceram precários. A “direita” de Liu e Deng controlava o Pcc e os aparatos estatais, a “esquerda” de Mao e Lin, os quadros do exército e a polícia. (...) A trégua interburocrática, no entanto, não podia durar muito: contradições de natureza externa e interna contribuíram para enfraquecê-la cada vez mais. O processo de desestalinização iniciado na URSS acentuou, entre outras coisas, a linha de coexistência pacífica entre o primeiro Estado operário e o imperialismo. Isto teve consequências concretas para a China: o fim da ajuda econômica por parte de Moscou, o fim da cobertura nuclear defensiva em favor de Pequim. Essas decisões só poderiam criar fortes preocupações no País, devido à presença cada vez mais forte das tropas americanas no Sudeste asiático: uma agressão imperialista com estrelas e listras não poderia ser descartada. Internamente, a vitória revolucionária de 1949 permitia progressos importantes e inegáveis no campo econômico. Os mesmos efeitos devastadores do «Grande salto para a frente» foram superados no espaço de poucos anos, mas os desequilíbrios na sociedade chinesa estavam longe de serem superados: as melhores escolas continuaram a ser um privilégio das crianças da nova casta dirigente, a superação da política de industrialização forçada trouxe consigo o retorno do

empréstimo com agiotagem, o fechamento de muitos hospitais nas áreas rurais mais pobres, uma diferenciação de salários entre o proletariado agrícola (maior para aqueles que produziam bens de maior valor destinados às cidades, por exemplo hortaliças), uma alta porcentagem de trabalhadores precarizados na indústria que não recebiam salários desde 1959. (...) Esta situação foi a base material que permitiu a Mao e sua fração apelarem às massas mais pobres para reverter o equilíbrio de poder no Partido e nos núcleos do Estado, mas ao mesmo tempo também foi uma das causas que impediram à fração do Grande Timoneiro de evitar que a situação escapasse de suas mãos. Os eventos tomaram o nome de Revolução Cultural porque foi a partir das questões de cultura que a luta entre as frações e a subsequente verdadeira maré revolucionária começaram. (...) Em 10 de novembro de 1965 apareceu em um jornal de Xangai (...), um artigo crítico a uma obra de 1961 escrita pelo vice-prefeito de Pequim, A destituição Hai Rui. A acusação feita contra o autor foi a de, por meio de um drama histórico, atacar as ideias de Mao. (...). Em fevereiro do ano seguinte, o grupo constituído pela Revolução Cultural (...), entre os quais se destacava o prefeito de Pequim, Peng Chen, afirmou que o debate não deveria sair do âmbito intelectual. Depois de silenciado num primeiro momento, Mao e seus aliados partiram para a ofensiva. O Comitê Permanente da Assembleia Nacional lançou a “Grande revolução cultural proletária”. Em 16 de maio, o CC emitiu uma circular para estender o Grpc entre o Partido, o Estado e o Exército, com o objetivo de expulsar os elementos com tendências burguesas: desse modo, começou a expurgar os elementos contrários a Mao. Em Pequim na Universidade foi publicado o primeiro dazebao (manifesto- mural – outdoor) onde foram criticados os professores que, de alguma maneira eram identificados como adversários do pensamento do fundador da República POs tumultos se espalharam como fogo. Os defensores das posições de “direita” estavam começando a sentir o perigo e, em resposta, organizaram equipes de trabalho para enviar nas universidades e escolas para tentar dirigir a Revolução Cultural, para, na verdade, tentar colocar a situação sob seu controle. Mao e seus aliados, em reação, decretaram a dissolução das equipes de trabalho, acusadas de querer interromper a Revolução Cultural nas escolas e o fechamento das universidades. Ao mesmo tempo, começaram a aparecer as Guardas Vermelhas, formações de jovens apoiadoras Mao Tsé-Tung. (...) No plenário do CC, em agosto, Mao lançou o famoso chamado “bombardear o quartel-general”. Isso, junto com a emanção dos dezesseis pontos, verdadeira carta fundamental da Revolução Cultural, criaram a ilusão de que Mao e sua fração fossem os defensores de uma verdadeira revolução no sistema de poder após 1949. Na verdade, as reivindicações de liberdade de pensamento, de crítica aos dirigentes, de auto-organização das massas em luta, da elegibilidade e revogabilidade dos dirigentes, reportando-se à experiência da Comuna de Paris de 1871, permaneceram no papel. (...) Shangai, o maior centro industrial do País, foi o centro do que foi chamado “a tempestade de janeiro”. Greves, confrontos com a polícia, ocupações em fábricas, paralisação geral do transporte público caracterizaram a luta na metrópole. O descontentamento e as contradições acumuladas ao longo dos anos explodiram sem controle. A classe trabalhadora começou a entrar no campo da luta, com suas próprias demandas: aumentos salariais, melhores condições de trabalho, qualidade da moradia e assistência médica. Os trabalhadores viam no pensamento e nas palavras de Mao a justificativa de suas ações. (...) Em relação às greves que eclodiram no País (...) o Comitê Central votou um documento em que se condenava, como economicismo, as demandas por melhoria econômica reivindicadas pelos trabalhadores. (...) os enormes privilégios que os burocratas desfrutavam não fizeram senão aumentar a raiva popular e o ressentimento, que só aguardavam a oportunidade de vir à tona. (...) A tentativa da fração de “esquerda” de controlar os eventos veio novamente com o chamado para a mobilização das Guardas Vermelhas. Mao lançou a palavra de ordem da “tomada do poder”. Do que se tratava? (...) As Guardas Vermelhas, junto com os membros maoístas do Partido, deveriam atacar as sedes do Partido e das instituições estatais, expulsando seus adversários políticos, substituindo-os. A característica saliente deste processo foi dada pela intervenção do exército. Se, no início, o Exército de Libertação do Povo devia apoiar a ação das Guardas Vermelhas e a fração de Mao, com o

passar do tempo e a precipitação dos eventos, tornou-se um sujeito cada vez mais ativo e protagonista. A natureza burocrática e bonapartista das “tomadas do poder” se evidenciou pelo fato de serem elas mais simbólicas do que concretas, no sentido de que as Guardas Vermelhas não se tornavam a base de massa de um novo poder. Deviam limitar-se ao nível local (municipal e regional), enquanto era excluído que as “tomadas de poder” pudessem valer no plano nível nacional. (...) O evento que deu a desculpa para iniciar o processo de normalização da Revolução Cultural foi o chamado incidente de Wuhan. Em agosto de 1967, dois ministros enviados de Pequim foram presos pelo comandante militar destacado na cidade. O próprio Mao foi forçado a deixar a cidade às escondidas depois que uma multidão enfurecida cercou sua casa. (...) As escolas e universidades, que haviam fornecido a base material das Guardas Vermelhas, foram reabertas. Os subsídios que permitiram aos estudantes viajar para Pequim para apoiar Mao e seu grupo foram cancelados. Vinte milhões de Guardas Vermelhos foram enviados para o campo nos quatro cantos do país, sob o pretexto de entrar em contato com a vida dos camponeses, na verdade para dispersá-los e anulá-los. Os comitês independentes (que em alguns casos chegaram a um milhão de membros) foram dissolvidos, também com a intervenção do exército quando necessário. (...) A demagogia movimentista e antiburocrática foi definitivamente posta de lado quando, por ocasião da convocação do IX Congresso Pcc, a lista de delegados foi decidida pelo Comitê Central. Entre mais de 1500 delegados, 3/4 eram membros do exército. (...) As razões de fundo que explicam a ação de Mao eram outras. Como lembrado no início, após o fracasso do “Grande Salto para frente”, Mao foi colocado, pelo menos parcialmente, à margem. A nova maioria liderada pela fração de Liu Shaoqi/Deng Xiaoping inclinava-se para a aplicação de uma política econômica mais favorável para as camadas superiores do campesinato, a uma espécie de tolerância para com a iniciativa privada (após a morte de Mao, Deng vai regressar com força total na vida política chinesa e como um líder indiscutível será o arquiteto do processo de restauração do capitalismo no País). Encontrando-se em minoria no aparato do Partido, Mao tentou, por um período, recuperar posições usando as estruturas do Pcc. Tendo verificado a impossibilidade de prosseguir com sucesso esse caminho, ele escolheu o caminho do apelo às massas. Quanto a que sua real vontade não fosse a de lançar uma verdadeira luta frontal contra o aparato, podemos intuí-la pelas decisões de não querer mobilizar, no início, as massas operárias: um apelo direto ao proletariado iria demonstrar a vontade de uma verdadeira luta contra as degenerações burocráticas que estavam presentes na sociedade chinesa, mas produto do aparato como era Mao, não podia correr este risco. Mao quis sempre manter o exército a salvo das ações explosivas das Guardas Vermelhas: as “tomadas de poder” de que falamos, não deveriam dizer respeito a ele, mas sim a intervenção do exército assegurava, tanto quanto possível, novos choques contra a estrutura do Estado. Mesmo nos momentos em que o confronto era mais difícil, Mao evitou lançar seus ataques contra as principais instâncias do Estado e do Partido (Conselho de Assuntos de Estado e Comitê Central). Após o incidente de Wuhan, sua ação foi claramente contrarrevolucionária e restauradora: o uso maciço do exército para normalizar a situação consagrava suas intenções autoritárias e burocráticas. (...)

<https://litci.org/pt/mundo/asia-mundo/china/a-revolucao-cultural-uma-revolucao-politica-abortada/>.

10. França, Maio de 1968

- *“Em 22 de abril, 1.500 estudantes protestaram em Nanterre, um subúrbio de Paris, contra a prisão de vários deles que participavam de um comitê contra a Guerra do Vietnã. Uma semana depois, a Faculdade de Nanterre foi fechada, e grupos de ultradireita atacaram os estudantes. No dia 3 de maio, oito estudantes implicados nos protestos foram chamados a prestar declarações. Foram acompanhados por uma manifestação na Praça da Sorbonne, a famosa Universidade de Paris. A polícia reprimiu a manifestação e, diante dessa situação, a União Nacional de Estudantes da França (UNEF) e o sindicato dos professores chamaram uma greve exigindo a retirada da polícia, a reabertura da universidade e a libertação dos estudantes presos. Entre os dias 6 e 10 de maio,*

aconteceram manifestações que foram violentamente reprimidas pela polícia. Houve enfrentamentos entre estudantes e policiais e levantamento de barricadas no Quartier Latin (bairro latino onde fica a Sorbonne e vivem milhares de estudantes). A noite de 10 de maio ficou conhecida como “a noite das barricadas”, levantadas por dezenas de milhares de estudantes. A polícia dissolveu as barricadas pela força e passou a usar blindados para patrulhar Paris. No entanto, a violência da polícia provocou um sentimento de solidariedade na sociedade francesa: 61% dos franceses simpatizavam com os estudantes naquele momento. (...)Diante desses acontecimentos, foi convocada uma greve geral para o dia 13 de maio. Nove milhões de trabalhadores aderiram. Foi a maior greve da França até hoje. A manifestação desse dia reuniu 200 mil pessoas. Depois da marcha, os estudantes ocuparam a Sorbonne. No dia seguinte, os trabalhadores ocuparam as fábricas da Sud Aviation, em Nantes, e da Renault. Pouco a pouco, a greve se estendeu, paralisando a maior parte da indústria. Nos dias seguintes, aderiram à greve controladores aéreos, mineiros de carvão, trabalhadores do transporte, gás, eletricidade e jornalistas de rádio e televisão. O movimento estudantil procurou criar uma união com os trabalhadores. Milhares marcharam para se encontrar com os operários que ocupavam a Renault. Ambas concentrações cantavam juntas “A Internacional”, mas os sindicatos não permitiram que os portões da fábrica se abrissem e que os dois movimentos se juntassem.

A ocupação de fábricas colocou a questão do poder operário e questionou a autoridade do Estado. Diante da situação, o ministro Georges Pompidou aceitou abrir negociação entre governo, patrões e representantes dos operários, principalmente a CGT, central sindical dirigida pelo Partido Comunista Francês (PCF). Em 27 de maio, a CGT firmou os Acordos de Grenelle, em que governo e patrões aceitaram um aumento de 35% do salário mínimo industrial e de 12%, em média, para todos os trabalhadores. A maior parte dos trabalhadores rejeitou o acordo e continuou em greve. Queriam a queda do governo. Porém a traição do Partido Comunista Francês já estava consumada. As greves, abandonadas pela CGT, foram ficando isoladas e sendo reprimidas pela intervenção policial ou terminaram com acordos parciais. O presidente De Gaulle convocou eleições para o dia 30 de maio.” <https://litci.org/pt/mundo/europa-mundo/franca/maio-de-1968-os-50-anos-da-onda-revolucionaria-que-sacudiu-a-franca/>.

11. Mandel e o SU: capitulação à direção castrista

- *“Em 1959 um novo processo revolucionário sacudia o mundo. A insurreição armada dirigida pelo movimento 26 de julho derruba a ditadura Batista em Cuba, abre-se um processo que a pesar de sua direção pequeno-burguesa vai levar à expropriação da burguesia. O reconhecimento e apoio a revolução cubana foi a base da reunificação da IV Internacional em 1963. Assim nascia o SU (Secretariado Unificado da Quarta Internacional), encabeçado por Mandel e pelo SWP (Pablo havia saído da IV e se tornara assessor do governo burguês de Ben Bella na Argélia). No SU ingressaram todas as forças trotskistas que caracterizavam Cuba como um novo estado operário. Ficaram de fora, os ingleses e franceses que não reconheceram esse significado da revolução cubana. Era um ponto de avanço para reagrupar os grupos que se reivindicavam trotskistas e estavam dispersos. Mas essa unificação já nasceu com graves problemas, como se expressou no fato de não aceitarem fazer qualquer balanço da divisão e dos graves erros do período anterior, do SI de Pablo e Mandel. Isso foi ainda mais grave pelo fato de que essa reunificação teve uma direção encabeçada por Mandel. Logo se viria que essa direção, em vez de rever e superá-la, era uma continuidade da metodologia do seguidismo às direções burocráticas do movimento de massas. Esta direção não fez o balanço dos graves erros do período anterior e continuou a mesma linha impressionista e capitulou a quanto fenômeno “progressivo” aparecesse e impactasse a “vanguarda”. Isso começou a se manifestar logo a seguir com relação à direção cubana. Mais uma*

vez se confundia o movimento de massas e as revoluções com sua direção, vista como revolucionária. Foi então a vez de capitular à direção castrista e aos movimentos guerrilheiros, novamente com resultados desastrosos para o trotskismo, que alimentou ilusões e depois perdeu preciosos militantes para o aventureirismo guerrilheirista. Mas a lógica era a mesma: frente a uma direção prestigiada como a cubana, o SU aderiu à linha foquista, e propunha fazer ‘focos’ guerrilheiros em toda América Latina junto aos guevaristas, e se fosse necessário, sozinhos. Isso levou seus grupos a se meter em aventuras desligadas do movimento operário e de massas, como o PRT-ERP argentino e o POR© da Bolívia, e dos que sobreviveram muitos se afastaram do trotskismo ou se realocalizaram como parte do aparelho castrista. <https://litci.org/pt/especiais/80-anos-da-quarta/a-luta-pela-reconstrucao-da-iv-internacional-e-o-papel-do-su-parte-i/>.

12. A Revolução Nicaraguense 1979

- **Recomenda-se a leitura do Correio Internacional, terceira época, número 20, outubro de 2018**

*“Um processo revolucionário se abriu no final dos anos 70 na Nicarágua e na América central. Na Nicarágua, em 1979, o processo de luta se estendeu no interior do país e nas cidades, e a ditadura Somoza acabou não conseguindo resistir à guerrilha sandinista, as Forças armadas são destruídas e a FSLN entra em Manágua e toma o poder. Mas apesar de ter o poder nas mãos, os sandinistas formam um governo de “unidade nacional” com a burguesia opositora, com Violeta Chamorro, Alfonso Robelo, entre outros. A corrente morenista, então organizada como FB no interior do SU organizara a Brigada Simon Bolívar para combater na Nicarágua, chamada publicamente pelo PST colombiano e chega a ter mais de 1000 inscritos. Essa brigada se dirige a Nicarágua e tem uma participação na luta armada e após a derrota da ditadura se estabelece na capital e passa defender a formação de sindicatos independentes, A FB fazia críticas a participação da burguesia no governo. Já o SU apoiou esse governo, defendendo-o como “governo operário e camponês”. Aí se dá o fato qualitativo: a FSLN detém e expulsa os integrantes da Brigada Simon Bolívar, e os entrega à polícia panamenha que os tortura. O SU manda uma delegação à Nicarágua, que apoia a decisão do governo e não defende os integrantes da BSB. Era mais uma vez o apoio às direções pequeno-burguesas, classificando-as como revolucionárias, mas desta vez com duas agravantes, no terreno dos princípios e no terreno moral: Na Nicarágua eles votam como resolução **não construir** uma organização trotskista no país e em Cuba e El Salvador, pois segundo eles já existia uma direção revolucionária, e no terreno moral, porque se negam defender os revolucionários perseguidos e apoiam sua expulsão.” (...) <https://litci.org/pt/especiais/80-anos-da-quarta/a-luta-pela-reconstrucao-da-iv-internacional-e-o-papel-do-su-parte-i/>.*

13. Discurso de Fidel Castro na ONU em 1979

Leitura

14. Revolução Política: Hungria 1956 e Tchecoslováquia 1968

- [Hungria] “(...) a imensa ascensão revolucionária de massas que se gerou no segundo pós-guerra aterroriza usou o imperialismo e foi aproveitado por Stálin para negociar o reconhecimento de sua influência no Leste Europeu. Produto dessa “negociação”, que implicou a traição as revoluções na França, Itália e Grécia, surgiram as chamadas “democracias populares” do Leste Europeu. (...) “Um povo que oprime a outros forja seus próprios grilhões” já disse Karl Marx e suas palavras

foram tomadas por Lênin: “Nenhuma nação pode ser livre e se oprime as outras”. Essas definições clássicas e as de advertências de Lênin e Trotski sobre os desvios grão-russos, nacional-chauvinistas, de Stálin se confirmaram totalmente. Desde o fim da segunda guerra mundial, nas “Democracias populares” se apropriou da burguesia, mas surgiram regimes totalmente deformados, controlados diretamente pela burocracia de Moscou. (...) Estava colocada na Hungria revolução política, não só a luta contra a opressão que exercia a URSS, mas sim também contra a burocracia húngara. Logo depois da morte de Stálin, a insurreição operária de Berlim oriental de 1953 e a resistência de massas dentro da própria URSS colocaram em xeque a burocracia moscovita e obrigaram o giro do XX Congresso do PCUS, que alçou a Krushev e sua política de “desestalinização”. Como não podia ser de outra maneira, o imperialismo apoiou a Krushev em toda esta virada e também frente ao levantamento das massas húngaras no dia 23 de outubro de 1956. Em 27/10/1956, *The New York Times*, dizia: “O critério predominante entre os funcionários, mesmo que ninguém o diga publicamente, é que a ‘evolução’ à liberdade no Leste Europeu é melhor, desde qualquer ponto de vista, que a ‘revolução’.” Peter Fryer, estava em Budapeste quando os russos lançaram durante quatro dias e quatro noites contínuos bombardeios que, segundo suas palavras, “deixaram vastas zonas da cidade, sobretudo os bairros operários, praticamente em ruínas”. Ali presenciou uma heroica revolução da qual disse que “não era nem organizada nem controlada por fascistas ou reacionários, mas pelo povo comum da Hungria: operários, camponeses, estudantes e soldados.” (...) “Em Budapeste, como mais tarde nas províncias, as tropas estavam divididas. Alguns se estavam já prontos para se unir ao povo e lutar junto dele, enquanto os neutros (provavelmente uma minoria) estavam dispostos a entregar suas armas aos operários para que estes pudessem combater à polícia secreta. Os outros levaram suas armas consigo quando se uniram à revolução” (...) “Além disso, muitos rifles de caça foram tomados pelos operários dos depósitos de armas das fábricas”. Fryer descreve aos comitês revolucionários, que tinham “notável semelhança em muitos aspectos aos soviets ou conselhos de operários, soldados e camponeses que surgiram na Rússia na revolução de 1905 e depois em 1917. Estes Comitês, que se estenderam em cadeia por toda a Hungria, desde o começo resultaram órgãos da insurreição. Reunindo aos delegados eleitos em fábricas, universidades, minas e unidades do exército e órgãos de autogoverno popular que gozavam da confiança do povo armado. Como tais tinham tremenda autoridade, e não é exagerado afirmar que até o ataque soviético do 4 de novembro o poder real do país estava nas suas mãos”. A Igreja católica defendeu a ordem constituída pela exploração burocrática. Mesmo que para o resto do mundo fingiu estar à frente desse movimento libertador. No dia 24 de outubro Josef Grosz, arcebispo de Kalocza, Presidente do Decanato de Bispos, anunciou: “O ponto de vista da Igreja Católica é claro. Condenamos os massacres e destruições. Portanto espero sinceramente que nossos fiéis não tomem parte em atividades dessa índole, dando um exemplo na preservação da calma e da ordem...”. (...) Nos remetemos ao prognóstico político alternativo de Trotski, expressado no seu livro “A Revolução Traída”: “Ou a burocracia, convertendo-se cada vez mais no órgão da burguesia mundial no Estado operário, derrubará as novas formas de propriedade e voltará a afundar o país no capitalismo, ou a classe operária esmagará à burocracia e abrirá o caminho ao socialismo”. A derrota da revolução política em Berlim, Hungria, Polônia, Tchecoslováquia e outra vez na Polônia nos anos 80, foi preparando o terreno para a futura restauração capitalista. Na segunda metade da década de 1980 as massas operárias se rebelaram contra as primeiras consequências do capitalismo implantado pela mão de Gorbachov e sua “Perestroika”. Protagonizaram outra grande ascensão revolucionária que desembocou na queda do regime do PCUS e feriram de morte ao aparelho stalinista mundial. Os regimes das “democracias populares” se derrubaram com efeito “dominó”. Pela falta de partidos revolucionários não foi possível que essas gigantescas mobilizações derrubassem à burocracia, que se transformava em nova burguesia, e revertissem a restauração capitalista.” <https://litci.org/pt/mundo/europa-mundo/hungria/artigo121/>

- [Tchecoslováquia] *Em 1948, o país se tornou uma das democracias populares do Leste Europeu. Um país satélite da União Soviética stalinista. A ocupação do Exército Vermelho e as pressões do imperialismo levaram o processo até a expropriação da burguesia. Contudo, também fez surgir regimes totalmente deformados controlados pela burocracia de Moscou. Depois da morte de Stalin, a burocracia soviética foi obrigada a se livrar do seu cadáver. Isso culminou na denúncia dos crimes de Stalin no 20º Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS). O episódio marcou o início da crise do stalinismo em todo o mundo. No entanto, não impediu um profundo questionamento das massas. Não impediu, também, as revoluções políticas que se seguiram em Berlim, na Alemanha Oriental (1953), na Polônia e na Hungria (ambas em 1956). Em todas elas, os povos lutavam contra a opressão que exercia a URSS e contra as burocracias stalinistas dos seus respectivos países. (...) Os ventos contra o stalinismo sopraram na Tchecoslováquia no final de 1967. Como na Hungria em 1956, o movimento começou com as fundações e organizações de escritores e seminários literários. (...) Intelectuais da União dos Escritores, da Academia das Ciências e do Instituto de Ciências Econômicas iniciaram um amplo movimento de questionamento à política econômica do Partido Comunista (PC). A orientação do partido de fortalecer a indústria pesada se demonstrou desastrosa para a economia. Os questionamentos se ampliaram, o governo do PC impedia a livre manifestação de ideias e a luta contra a censura e pela liberdade de expressão e de criação artística e científica ganhou força. (...) As reivindicações dos intelectuais por liberdades democráticas apressaram a crise no país. Não demorou a que os estudantes entrassem em cena, com suas reivindicações por melhorias de ensino e mais liberdades. (...). Foram duramente reprimidos pelas forças do Estado. (...). Outras reivindicações surgiram no processo, como a proposta de uma federalização efetiva da Eslováquia, uma revisão constitucional que garantisse os direitos civis e as liberdades individuais. Entre elas, a liberdade de imprensa e a livre organização partidária. Isso implicava no fim do monopólio político do PC. Todos os perseguidos pelo regime seriam reabilitados e reintegrados. Intelectuais clamavam até mesmo a abertura de um inquérito contra o governo tcheco-eslovaco por dar asilo a Ramón Mercader, o agente da GPU, polícia secreta de Stalin, que assassinou Trotsky em 1940. Após sair da prisão no México, Ramon foi recebido como herói pelo governo tcheco. Com o impulso desse movimento, a direção do Partido Comunista se dividiu: uma ala estava disposta a aceitar algumas reivindicações, ao estilo de entregar alguns anéis para não perder a mão inteira, e tentar controlar o movimento. Outro setor tinha como estratégia enfrentar duramente o movimento antes que este ganhasse mais impulso. A cisão entre os chamados “liberais” e “conservadores” explode na alta cúpula do Partido, atingindo o secretariado e seu Comitê Central (CC). O forte impulso das forças sociais em movimento e as dificuldades econômicas criaram as condições para que as divergências ou mesmo oposições se expressassem na direção da organização partido e as fissuras na sua cúpula. (...) Foi nesta atmosfera que iniciou a reunião do CC no final de dezembro de 1967, na qual surge o debate sobre a acumulação de cargos dos dirigentes. Era um artifício de linguagem criado pelo setor “liberal” para ocultar suas verdadeiras intenções políticas e retirar o cargo de secretário geral das mãos do stalinista Antonín Novotný, no poder desde 1953. Mas a crise e as artimanhas burocráticas típicas de uma organização burocratizada e, portanto, nada democrática, fizeram que a reunião fosse interrompida e retomada apenas em janeiro de 1968. Apesar de todas as manobras e tentativas de reconciliação de Novotný, no dia 5 de janeiro, o Comitê Central do PC anunciou que o velho stalinista tinha sido “liberado de suas funções”. Estava aberto o caminho para ascensão de Alexander Dubcek ao cargo de primeiro secretário. Da mesma forma, para a ascensão de parte da burocracia do PC que procurava uma interlocução junto às forças sociais para impedir o avanço da crise no movimento dos trabalhadores, intelectuais e estudantes. Restaurar a confiança perdida e reciclar a imagem do partido: estes eram os desafios dos novos burocratas. Dubcek era um burocrata de carreira no interior do PC. Em 1949 foi nomeado secretário de distrito do Partido em Trencin e em 1951 foi eleito membro do Comitê Central do PC e deputado da Assembleia Nacional. Em 1960 já era membro do Presidium do partido. Em maio de 1963, Dubcek substituiu K. Bacílek*

como primeiro secretário do partido na Eslováquia. Portanto, toda a trajetória de Dubcek demonstra sua total adesão ao regime de partido único existente no país. Sua intenção, à frente do PC, era tentar conter uma potencial explosão social no país. Mas a saída de Novotný esteve longe de ser o fim dos problemas, como pensava a ala de Dubcek. Ao contrário. Foi o começo de uma mobilização da qual sua ala no partido não teve o menor controle. E, enquanto puderam, combateram o movimento com todas as suas forças. (...) A primeira crise do novo comando do partido veio com as pressões das organizações dos estudantes e intelectuais. Elas exigiam a saída de Novotný da presidência da república. O odiado líder foi obrigado a abandonar seu cargo depois da descoberta de uma tentativa de golpe militar durante o intervalo do CC, de dezembro de 1967 a janeiro de 1968. Procurando aplacar as pressões sociais, em abril de 1968 foi publicado um Programa de Ação. A eleição dos dirigentes por voto secreto, a criação de um sistema federal com o reconhecimento da nação Eslovaca em igualdade de direitos, uma reforma eleitoral, mais autonomia às empresas, a supressão da censura nos meios de comunicação e a liberdade de reunião constavam no documento. Em março, cansados de serem tachados de “restauradores do capitalismo” pelos burocratas do PC, os estudantes publicaram a “Carta Aberta aos Operários”, onde denunciavam que as calúnias e mentiras contra eles seriam uma tentativa de separá-los dos operários. Nos dias seguintes, são realizados os primeiros contatos dos estudantes com as fábricas. A tempestade, finalmente, chegava aos operários, e milhares deles se uniram aos estudantes e intelectuais nas exigências por mais liberdades. Foi por meio dos jovens operários que a agitação passou das universidades para o interior das fábricas. Pouco a pouco, os operários foram se colocando em movimento. Exigiam o retorno da concepção sindical tradicional e operária dos sindicatos, isto é, que fossem “organismo de defesa dos interesses materiais e morais da classe e instrumentos dos operários”. Por todos os lados, estouravam greves e ameaças de greve. Diretores sindicais são afastados por assembleias operárias e democraticamente substituídos. Tudo isso estava fora do controle de Dubcek e da direção do PC. (...) Enquanto explodiam por todos os lados manifestações por mais democracia socialista, em junho de 1968 foi publicado o manifesto “Duas Mil Palavras” na Gazeta Literária (Liternární Listy), redigido por Ludvik Vaculik. O texto foi assinado por centenas de personalidades de todos os setores sociais. O manifesto era mais do que um pedido para que Dubcek acelerasse o processo de reformas democráticas que ele havia prometido. O documento atacava duramente o partido e o regime, afirmando que “o comando político era exercido em nome dos operários por um grupo de funcionários do partido e do aparelho do Estado”. Além disso, traçava, pela primeira vez, um programa de ação independente dos trabalhadores. Expunha com vitalidade a necessidade da organização independente contra a burocracia e fazia um apelo à iniciativa do movimento de massas.

Embora terminasse por apoiar o novo governo, o manifesto não disfarçava a sua desconfiança com relação ao “socialismo com face humana” proposto por Dubcek. Os dirigentes soviéticos, que não tinham se envolvido nas lutas políticas internas de janeiro, inquietavam-se cada vez mais com a dinâmica do processo tchecoslovaco. A burocracia receava que outros países do Leste e a própria União Soviética (URSS) se contagiassem com essas idéias. A burocracia cobrava de Dubcek explicações e medidas de controle efetivo sobre as forças sociais. Este, por sua vez, reafirmava sua lealdade a Moscou e dizia que os elementos “antissocialistas” estavam sob controle. (...) Experientes com os levantes de Berlim e da Hungria, os líderes do Kremlin não vacilaram. Na noite de 20 para 21 de agosto de 1968, um poderoso exército de 250 mil homens do Pacto de Varsóvia – a maioria soldados da União Soviética – puseram fim à “Primavera”. No entanto, o que as tropas soviéticas não esperavam foi a enorme resistência que encontraram. Em Praga, as ruas foram tomadas. As rádios pronunciavam comunicados de resistência a todo instante. Nas estradas do país e na capital, placas com os nomes das ruas e cidades eram destruídas ou trocadas para desorientar os invasores. Nos muros, surgiam pichações como “O Circo soviético está de novo em Praga”, ou “Lênin, levante-se. Brejnev está louco!”, em referência ao secretário geral da nomenklatura

soviética, Leonid Brejnev. Uma das grandes ações de resistência, já com Praga totalmente ocupada pelas tropas soviéticas, foi a iniciativa de antecipar o 14º Congresso do Partido Comunista. O processo de construção do Congresso foi marcado por um rico debate sobre que caminhos que o socialismo deveria trilhar no país. Nele, não foram poupadas as críticas contra a direção burocrática. O sentido da democracia operária foi recuperado, resgatando os “conselhos operários e populares” como forma de organização do Estado. Com a maioria dos delegados já eleitos de forma democrática, um pequeno grupo de dirigentes do partido de Praga lançam um corajoso chamado por rádio para a antecipação do congresso. Milhares responderam ao apelo. Cerca de 1.100 delegados se reuniram clandestinamente numa grande fábrica nos arredores da capital que foi guarnecida por operários e milícias populares. Ao mesmo tempo, em Moscou, os dirigentes tchecoslovacos (inclusive Dubcek, que já estava preso), sujeitos a fortíssima pressão, capitulavam um após o outro. Todos subscreveram um protocolo, redigido pelos soviéticos, em que se justifica a intervenção armada. A “Primavera de Praga” era definitivamente sufocada.(...)” <https://litci.org/pt/mundo/europa-mundo/eslovaquia/derrota-da-primavera-de-praga-completa-50-anos/>.

15. Solidariedade

16. A traição da OCI

- “Como parte de seus esforços em construir a direção revolucionária mundial, Moreno estabeleceu contato com o francês Lambert, da Organização Comunista Internacionalista (OCI). Moreno, inclusive, se instalou em Paris no ano de 1980, com o objetivo de construir o trotskismo ortodoxo nas fileiras operárias da Europa. O sonho, entretanto, rapidamente veio ao chão: Em 1981, a OCI capitulou ao governo de frente popular triunfante na França, que estava a serviço da burguesia imperialista francesa. A elaboração de Moreno “A traição da OCI” ilustra bem o evento e também nos traz lições para os dias atuais”. <https://litci.org/pt/especiais/especial-nahuel-moreno/32-anos-sem-nosso-incansavel-dirigente-breve-resumo-da-vida-de-nahuel-moreno/>.

17. Nahuel Moreno, A traição da OCI

- “Quem deu sua solidariedade à Brigada Simón Bolívar foi a corrente dirigida por Pierre Lambert. Assim começou nossa relação política com o lambertismo, com o qual não tínhamos contato desde 1963. Inicia-se um processo de discussão, com grandes acordos principistas e programáticos expressos nas “Teses para a atualização do Programa de Transição”, de Nahuel Moreno. Nesse trabalho se define o stalinismo e o castrismo como agentes contra-revolucionários; reconhecem-se como revoluções os processos do pós-guerra (Leste Europeu, China, Cuba) apesar de não terem sido encabeçados pela classe operária e seu partido revolucionário.

Ao mesmo tempo, se coloca a necessidade de impulsionar a revolução política contra os estados operários degenerados surgidos desses processos; analisa-se a guerra de guerrilhas e a política oportunista de suas direções; dá-se especial importância à defesa do direito de autodeterminação das nacionalidades oprimidas e às tarefas democráticas; identifica-se o início do processo de crise dos aparatos contra-revolucionários, em especial o stalinismo, o que abre possibilidades de lutar por partidos trotskistas e uma IV Internacional de massas. Constitui-se um Comitê Paritário que culmina em 1980 com a formação de uma organização conjunta: a Quarta Internacional – Comitê

Internacional – (QI-CI). Realizamos a campanha de apoio ao "Solidariedade" na Polônia. Tudo indicava que se podia dar um grande passo no caminho da reconstrução da IV.

Mas essa tentativa se frustrou. Nossa pouca inserção na Europa nos fez cometer um grave erro. Não vimos que o lambertismo tinha fortes laços com a burocracia sindical, o que o levou a capitular ao governo de Frente Popular. Assim que ocorreu a vitória de Mitterrand na França, Lambert se nega a discutir a política para a França e começam as expulsões de militantes que se colocam contra essa política isso provoca a ruptura da QI-CI.

A polêmica com o lambertismo nos obrigou a avançar na elaboração sobre a frente popular, o que se refletiu no livro "A Traição da OCI", de Nahuel Moreno. <https://litci.org/pt/um-breve-esboco-da-historia-da-lit-qi/>.

18. Discurso de Moreno na conferência de fundação da LiT, 1982

- *“Em relação a ser “mais internacionalista”, no livro *Conversando com Moreno* (1985), ele assinala que o centro das preocupações de sua extensa atividade foi a intervenção nas diferentes organizações internacionais nas quais militou. Assim como Trotsky, ele considerava não haver militância ou organização trotskista nacional se não fosse desenvolvida como parte da construção de uma organização internacional. E desde 1948, ano em que participa como delegado do POR no II Congresso da IV Internacional, foi fiel a este princípio. Esteve em minoria nessas organizações durante longos períodos. Assim ocorreu na IV Internacional até 1953, no Comitê Internacional até 1963 e no SU entre 1963 e 1979. Mas nunca abandonou essa militância internacional nem deixou de participar ativamente das polêmicas e debates que surgiam. Em 1979, começa a construção da sua própria corrente internacional: primeiro a Fração Bolchevique (FB) e, a partir de 1982, a LIT-QI (Liga Internacional dos Trabalhadores).” <https://litci.org/pt/teoria/nahuel-moreno-um-militante-pela-classe-operaria-pelo-socialismo-e-o-internacionalismo/>.*

“Em janeiro de 1982 realizou-se uma reunião internacional com os partidos da FB e dois importantes dirigentes do lambertismo: Ricardo Napurí, do Peru e Alberto Franceschi, da Venezuela. Um dos pontos centrais da reunião era organizar uma campanha em defesa da honra revolucionária de Napurí, atacado moralmente por Lambert por expressar diferenças políticas com este. Outro grande ponto era como avançar na construção da Internacional. A reunião, depois de aprovar a campanha, resolveu por unanimidade converter-se na conferência de fundação de uma nova organização internacional. Aprovam-se então as teses de fundação e os estatutos da LIT-QI. A LIT-QI não é somente a FB com outro nome, já que a ela se integra Franceschi e seu partido, o MIR proletário, que romperam com o lambertismo. Pouco depois Napurí se incorpora, junto com a metade do partido peruano, que também rompe com Lambert. Em 1985, o partido dominicano se integra à LIT-QI. Esse grupo não vem do trotskismo, mas de uma ruptura da igreja. Em 1987 se integram o grupo de Bill Hunter da Inglaterra, que não é de tradição morenista, e um grupo de jovens trotskistas independentes do Paraguai, que dão origem ao PT paraguaio, a maior organização de esquerda nesse país. Em 1985 o manifesto da LIT-QI faz um chamado a construir a FUR a partir de um programa mínimo revolucionário para enfrentar a frente contra-revolucionária mundial do imperialismo, burguesias nacionais, igreja, stalinismo, castrismo, sandinismo e as burocracias sindicais.” <https://litci.org/pt/um-breve-esboco-da-historia-da-lit-qi/>

19. Brasil: Comando Geral dos Trabalhadores (CGT)

20. A política de conciliação do PCB e o golpe de 1964

21. Greve no ABC e Fundação do PT

22. Versus e Convergência Socialista

- *“Um grupo de jovens brasileiros exilados no Chile entra em contato com nossa corrente. Depois do golpe dirigem-se à Argentina e começam a militar no PST. Em 1974, voltam ao Brasil para construir o partido. Surge a Liga Operária e depois a Convergência Socialista. O grupo começa a se desenvolver e, em contato com a direção da FB, elabora a política do chamado à um partido dos trabalhadores.*

A jovem organização brasileira desenvolveu-se durante 12 anos sem dissolver-se nem capitular à direção burocrática. Isso foi possível porque pertencia a uma corrente internacional que orientou a se fazer entrismo no PT, a centrar o trabalho nas oposições sindicais na CUT e que lhe deu clareza sobre o caráter burocrático da direção lulista.” <https://litci.org/pt/um-breve-esboco-da-historia-da-lit-ci/>.

23. Alicerce e Convergência Socialista

- *“Em fevereiro de 1974 nasceu o “Independência Operária”. Escrito nas velhas e boas máquinas de escrever, tinha entre 6 a 8 páginas, saía quando dava, e era impresso em mimeógrafo, em papel sulfite. Os dois primeiros números foram impressos no exterior. Com uma apresentação gráfica muito boa, seu conteúdo dedicava-se a conjuntura em geral, refletindo o afastamento da luta de classes. Mas nem por isso tinham uma visão incorreta da realidade. Em seu segundo número, de março de 1974, já trazia um chamado aos “trabalhadores, estudantes e todos os que estão contra a ditadura a lutar pela recuperação das liberdades democráticas” e pela defesa do nível de vida. Somente seis meses depois surgiu a terceira edição, com modificações. De um lado, na forma: passou a ser totalmente feito no Brasil e, por não contar com infraestrutura, em mimeógrafo a álcool. Mas, por outro lado, mostrou que a partir daquele momento (outubro de 1974) começava a se integrar na luta de classes do país. O ano de 1975 se inicia com um violento ataque, contra vários militantes do PCB. O Independência Operária lançou um número especial e um manifesto, pela liberdade imediata dos presos. (...) A partir de março de 1979 surge o “Convergência Socialista”, tabloide com 8 páginas, em papel jornal. O número zero traz o artigo “Estamos aprendendo tudo de uma vez só”, de Arnaldo Schreiner e Romildo Raposo, com a cobertura da greve metalúrgica em São Bernardo do Campo, São José dos Campos e Jundiaí. O número 1 sai em julho, com notícias sobre o Movimento Negro Unificado; e o número 2 na segunda quinzena, com matéria de capa sobre a Nicarágua, com o título “Todo Poder aos Sandinistas”. O número 3, em agosto de 1979, traz editorial sobre a construção do Partido dos Trabalhadores. Em junho de 1980 o jornal lança campanha nacional pela devolução do Sindicato do ABC. Seria “parte da luta pela independência dos sindicatos do Estado, para que não haja mais intervenções e interferências do governo dos patrões sobre os sindicatos”. Notícia também o 1º Encontro Nacional do PT e defende “um partido classista, sem patrões”. Na primeira quinzena de julho, o Convergência analisa que o Brasil, a partir de 1977, vivia uma mudança na disposição das massas para lutar. A princípio entre os estudantes, e depois em setores do proletariado e na classe média. Na edição seguinte, debate o papel dos socialistas nesta conjuntura e exige eleições livres. Em setembro de 1980, o CS 20 traz reportagem sobre o ato em homenagem a Trotsky, no dia 29 de agosto. O ato em São Paulo reuniu*

representantes da OSI (Organização Socialista Internacionalista), que publicava o jornal “O Trabalho”, e da CS, além de trotskistas históricos como Herminio Sachetta, Fúlvio Abramo, José Maria Crispim e Maurício Tragtenberg. O Rio de Janeiro também sediou um ato, com Mário Pedrosa e Edmundo Moniz, Elizabeth Huggins, e os ex-militantes da LCI (Liga Comunista Internacionalista), primeira organização trotskista no Brasil, Norma Muniz, Barreto Leite e Cursino Raposo. (...) O “Alicerce” 31, em novembro de 1983, traz na capa: “Aqui, como na Argentina, eleições diretas para presidente”. A campanha será mantida nos números seguintes. Em dezembro, o Alicerce anuncia a unificação de CS e “Alicerce” no “Alicerce da Juventude Socialista”. “Nos unimos pela necessidade de construir um partido socialista e revolucionário, parte do combate pela construção de uma organização revolucionária dos trabalhadores do mundo inteiro: a IV Internacional”. Na edição 49, em abril de 1984, o jornal publica uma resolução política, apontando que a estratégia para derrubar a ditadura é greve geral pelas Diretas e contra a fome. Defende unificar a campanha das Diretas com mobilizações mínimas, as campanhas salariais, e o boicote ao colégio eleitoral. E, como propaganda, defende o não pagamento da dívida externa e Lula para presidente, com a palavra de ordem “por um governo dos trabalhadores”. O jornal explica a retomada da “Convergência Socialista”: “Quando o ascenso dos trabalhadores se coloca no centro da situação política, o retorno da Convergência Socialista se faz necessário. Não somente uma organização para a juventude, mas a organização política vinculada às tradições da classe operária, uma ala socialista da CUT e do PT – enfim, a Convergência Socialista”. A partir daí, o jornal volta a chamar-se Convergência Socialista. (...) O CS 8, de julho de 1984, analisa que o Brasil vivia uma onda de lutas revolucionárias, que decretavam a agonia do regime e poderiam tê-lo derrubado, não fosse a traição das oposições burguesas. Eram também lutas contra a fome, com ocupações de fábricas e que também começam a dismantelar a estrutura sindical pelega. “Essa revolução começou com os gigantescos atos pelas diretas de antes de 25 de abril e segue agora com a onda grevista. O seu primeiro choque se dá contra o regime militar ditatorial, assumindo um caráter imediato de revolução democrática, para, em seguida, avançar dentro do processo de revolução socialista, para a derrubada da burguesia (...). Na verdade, o processo brasileiro faz parte da mesma onda revolucionária que derrubou as ditaduras boliviana e argentina e que hoje golpeia as ditaduras no Chile, no Uruguai e até mesmo no Paraguai”. “As mobilizações salariais que começaram em meio à campanha das diretas continuam generalizando os métodos mais revolucionários de luta. Assim, os boias-frias incendeiam os canaviais, fazem piquetes armados e pequenos levantes: os operários tornam comum o método das ocupações de fábricas”. Por fim sistematiza: Governo do PT, da CUT e da Conclat. Não pagamento da dívida externa. Assembleia Constituinte livre e soberana, já! O CS 30 sai em março de 1985, logo após o IX Congresso da Convergência Socialista, o primeiro após a queda da ditadura. Prevê que o novo governo tentará frear as lutas e greves salariais. E lança a pergunta se a burguesia terá sucesso em deter as mobilizações, apoiada na expectativa dos trabalhadores com o governo de Tancredo Neves. O CS 49, em julho de 1985, informa que o argentino Nahuel Moreno, expulso pela ditadura, volta ao Brasil. O principal dirigente da Liga Internacional dos Trabalhadores havia sido preso em 1978, após a convenção do Movimento Convergência Socialista. É extraditado para a Colômbia e impedido de retornar ao Brasil. Em 9 de julho de 1985, o decreto de expulsão é revogado pelo então presidente José Sarney, no Diário Oficial. A partir do número 77, de março de 1986, o CS sai com um subtítulo: “Um jornal operário e socialista a serviço da CUT e do PT”, e traz ampla cobertura das greves da classe trabalhadora e de sua reorganização, com a expulsão de pelegos dos sindicatos. O CS 83 (maio de 1986) inicia série de artigos sobre a Constituinte, debate que tomava conta do país e que resultaria na Constituição de 1988. (...)”

<https://litci.org/pt/especiais/morenismo-no-brasil/o-opinioao-socialista-e-herdeiro-de-uma-tradicao-de-mais-de-35-anos-de-imprensa-revolucionaria-no-pais/>.